



# A INFLAÇÃO BRASILEIRA

Você se lembra de que na edição do mês passado, neste espaço, procurei analisar o que levou o mundo a duas guerras mundiais? Há exatamente um século, em 1914, iniciava a Primeira Guerra Mundial, tendo como motivação um problema sempre presente em conflitos internacionais, ou seja, o câmbio de moedas.

Explicando, até o início desse conflito, os governos somente emitiam moeda nova para financiar o crescimento da economia quando havia aumento da disponibilidade de ouro no país. Ocorre que a expansão do estoque de ouro somente era possível com o aumento das exportações sobre as importações, ou seja, com a elevação do superávit na balança de pagamentos.

Mas esse é um modelo instável. Se todos querem exportar mais do que importar, a conta não fecha. Então, todos vão para o protecionismo comercial, cria-se tensão internacional, a economia não cresce, a geração de emprego e renda fica estagnada e, assim, temos um ambiente propício para a instabilidade econômica que, com frequência, termina em guerra, como ocorreu em 1914.

A Alemanha, ao perder a Primeira Grande Guerra, teve de pagar uma pesada dívida aos países vencedores. Ela, então, passou a emitir moeda, sem considerar a regra de manter uma correspondência em ouro para isso. Desse modo, como mostrei, o mundo se viu diante de um fenômeno inesperado. Entre janeiro de 1919 e novembro de 1923, o índice inflacionário alemão variou em um trilhão por cento (1.000.000.000.000%).

Aprendemos, assim, que a emissão de moeda em excesso leva à inflação, recorde mundial, até então. Mas se você se assustou com o índice da inflação alemã vivida em 4 anos, saiba que, entre 1986 e 1994, a inflação brasileira foi de 13,3 trilhões por cento. Portanto, comparando as duas hiperinflações, no Brasil tivemos mais inflação, 13,3 vezes superior para um período de anos apenas três vezes maior.

O resultado dessas duas experiências hiperinflacionárias foi diferente. Na Alemanha, terminou em Hitler e tudo o mais que conhecemos. No Brasil, resultou em fortalecimento de instituições democráticas. Vejamos esta trajetória. Em 1986, vivíamos uma escalada inflacionária e o presidente José Sarney decidiu aplicar um receituário que há muito era reivindicado como solução ao problema.

Ele deixou de pagar a dívida externa, o que ficou conhecido como o "calote da dívida", ao mesmo tempo em que decretou o congelamento de preços por meio do Plano Cruzado. O resultado imediato foi que, nas eleições para governador daquele ano, o partido do presidente elegeu os governantes em todos os Estados, menos em São Paulo, fato até hoje inédito na sociedade brasileira.

Mas logo descobrimos que inflação não se acaba por decreto, mesmo com o então ministro da Fazenda, Dílson Funaro, tendo convocado até a Polícia Federal para prender bois no pasto. O fato é que a inflação voltou no ano seguinte, de maneira avassaladora.

O aprendizado da sociedade brasileira foi fenomenal. Ruiu definitivamente a ideia até então amplamente aceita de não se pagar dívida como estratégia de controle da inflação, bem como mostrou a fragilidade do discurso quanto ao governo intervir no sistema de preços. A partir daí, nenhum candidato que tenha defendido publicamente essas duas bandeiras políticas, tão comuns nos anos 80, obteve mais de 2% de votos nas urnas. O brasileiro aprendeu que não se combate inflação com estas duas soluções mágicas.

Pode parecer pouco, mas até hoje a sociedade argentina

ainda não se convenceu da inocuidade dessas ações, fáceis de serem disseminadas em discurso. Ademais, foi a primeira vez que a população votou pelo fim da inflação, mesmo que, no primeiro momento, tenha sido para apoiar o congelamento de preços que, depois das eleições, se mostrou inócuo.

Em 1989, já com o fracasso do Plano Cruzado, Plano Bresser e Plano Verão, que tinham como principal pilastra o congelamento de preços, tivemos a primeira eleição direta para presidente após o período de redemocratização. Naquele ano a inflação chegou a 1.765%, a maior de toda a história do Brasil, até então.

Para que se tenha noção do quadro que se vivia naquele ano, apenas no mês de dezembro a inflação foi de 53,5%, um crescimento de 12,1% em relação a novembro. Naquele mês, os alimentos subiram 120%. Naquele eleição, quem melhor comunicou um compromisso de combater a inflação foi o candidato Fernando Collor de Melo, que prometeu acabar com a inflação "com um tiro".

A bandeira anti-inflacionária foi decisiva para sua eleição e ele assumiu em 15 de março de 1990, num mês em que a inflação atingiu o recorde de 84%, mesmo com a implantação do chamado Plano Collor, que se baseou em congelamento de preços e redução da moeda em circulação disponível, caracterizada pelo confisco de dinheiro.

Ao longo daquele ano, as taxas mensais de inflação continuaram elevadas e 1990 fechou com inflação em 1.477%. No ano seguinte, mesmo com o Plano Collor II implantado em janeiro, a inflação acumulou 480%. Em 1992, a taxa foi de 1.158%, e em 1993 batemos o recorde da nossa história, com uma taxa absurda de 2.709%, medida pelo Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas.

Então, foi lançado o Plano Real, em julho de 1994, num ano em que novas eleições presidenciais ocorreriam. As taxas inflacionárias estavam na casa dos 43% mensais no primeiro semestre do ano e passaram para menos de 2% ao mês no segundo semestre, já na vigência do novo plano. Portanto, sem congelamento de preços, a população entendeu que o Brasil estava no caminho do controle inflacionário e elegeu presidente o então ministro da Fazenda, Fernando

Henrique Cardoso.

Em 1998, em nova eleição, FHC foi reeleito no primeiro turno, com inflação anual de 1,7%. Quatro anos depois, a população entendeu que Luiz Inácio Lula da Silva não colocaria em risco o controle inflacionário e o elegeu presidente, repetindo o feito quatro anos após, quando a inflação anual foi de 5,9%. Em 2012 o assunto inflação não foi pauta de disputa eleitoral, pois os candidatos não se traduziam em risco para essa conquista social. As eleições ocorreram num ano em que a inflação acumulou 5,8%.

Portanto, na Alemanha, a hiperinflação levou à ditadura, ao holocausto. No Brasil, a hiperinflação levou à consolidação da democracia. Leite e derivados foram os avalistas da democracia brasileira, por contribuírem decisivamente no controle da inflação. Isso aconteceu no auge da hiperinflação, no período de 1986 a 1994, com o controle de preços.

Mas também aconteceu no período do Plano Real. Entre julho de 1994 e junho de 2004 a inflação brasileira foi de 362%, enquanto o preço de leite e derivados subiu 304% no acumulado de duas décadas. Depois de discutir a inflação, vamos voltar ao nosso mundo lácteo e passear por 38 anos de inflação. Mas você e eu precisamos de um intervalo. Então, aguardarei você, neste espaço, no próximo mês. Até novembro!

*Paulo do Carmo Martins é doutor em Economia Aplicada pela Esalq-Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, chefe-geral da Embrapa Gado de Leite e professor da Universidade Federal de Juiz de Fora-MG.*

**Leite e derivados  
sempre foram  
os avalistas  
da democracia  
brasileira, ao  
contribuírem  
no controle da  
inflação**